

Entrevista com Marisete Pereira, do MME: Desafios da pauta em ano eleitoral

MONTENEGRO, Sueli. *“Entrevista com Marisete Pereira, do MME: Desafios da pauta em ano eleitoral”.* Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2019.

Mesmo com os desafios do ano eleitoral, o Ministério de Minas e Energia mantém como pauta prioritária para 2020 a privatização da Eletrobras, o projeto da Lei do Gás e o marco legal de modernização do setor elétrico. Os três temas dependem da aprovação de projetos que deverão concorrer com outras pautas importantes para o governo no Congresso Nacional, no momento em que muitos parlamentares estarão mais preocupados com as eleições municipais.

“A gente sabe que o prazo é bastante desafiador, mas a acredita que consiga [dar andamento a essas pautas] ainda em 2020” afirma a secretária-executiva do MME, Marisete Dadald Pereira. Em entrevista à **Agência CanalEnergia**, ela lembra uma frase recorrente do ministro Bento Albuquerque de que o Congresso tem dinâmica própria, mas garante que isso não impede a atuação do ministério para avançar em medidas que não dependem de legislação. É o caso de vários temas da reestruturação do setor elétrico.

O MME considera a solução para os débitos do GSF importante, mas reconhece que esgotou todos os esforços nessa direção, e o fim do impasse depende agora de uma decisão do Legislativo ou do Judiciário. Para o ministério, diz a secretária, a melhor solução seria a aprovação do projeto de lei que tramita no Senado. O Congresso também terá uma papel fundamental na solução da polêmica sobre os benefícios para a mini e microgeração distribuída “Acho que o Legislativo voltando, a gente deve ter novidades”, aposta a secretária. Veja alguns dos principais pontos da entrevista:

Agência CanalEnergia: Quais são as apostas do governo para este ano em termos de agenda, já que vai ser um ano eleitoral e o Congresso vai interromper os trabalhos mais cedo?

Marisete Pereira: Estamos trabalhando como se fosse um ano como qualquer outro. Nossas prioridades continuam sendo aquelas prioridades que o ministro tem colocado, que é a questão da capitalização da Eletrobras, uma pauta prioritária para todo o governo. Afinal de contas é a maior privatização do setor.

Pauta prioritária é o PL do gás, o 6.407, que é outro instrumento legal que nos permite dar efetividade à abertura de mercado e à busca de ampliar a competição, com o objetivo, obviamente, de oferecer um volume maior de gás com maiores players.

A modernização do setor, que é uma pauta esperada por todo o setor elétrico, especialmente por estar lá o desenho da separação de lastro e energia. Independentemente de esse projeto estar ainda na pauta da comissão em que o relator é o senador Marcos Rogério (DEM-RO), nosso ministério, com os órgãos vinculados, tem trabalhado diariamente, porque o próprio grupo de trabalho, com base numa nova portaria assinada pelo ministro, definiu um *modus operandi* de evoluir na chamada modernização do setor, com as ações de cunho infralegal, com

base em portarias ou decreto. Isso vem evoluindo.

E uma outra novidade em que inovamos, tanto sob o ponto de vista do setor elétrico como do ponto de vista das políticas do ministério, é assumir o compromisso com os agentes e a sociedade de, a cada 90 dias, prestar contas da evolução desse processo e sinalizar o que nos 90 dias seguintes vai abordar.

E o desenvolvimento desse trabalho terá participação efetiva dos agentes. A partir da próxima semana, já vamos iniciar as agendas com os agentes. Então, é um trabalho em que, de fato, do ponto de vista de governança inovamos, justamente porque a orientação do próprio ministro é fazer as mudanças com um diálogo aberto e transparente. Então, é isso que nós estamos praticando aqui no dia a dia.

Então, vamos lá: é o PL da Eletrobras, o novo mercado de gás, a modernização do setor. A questão do risco hidrológico *[também]* é prioridade no governo, do *[Ministério]* Minas e Energia, especialmente. E outros tanto que a gente vem apoiando o Congresso quando o ministério é demandado, sob o ponto de vista das políticas públicas e de oferecer o melhor resultado para a sociedade.

Agência CanalEnergia: Que desafios vocês estão vendo para conseguir dar andamento a essas questões? A Eletrobras, por exemplo, tem uma tremenda dificuldade de parcela do Congresso em discutir a privatização.

Marisete Pereira: Eu não diria dificuldade. Eu diria o seguinte: que é uma questão de o governo se organizar, fazer um planejamento envolvendo os órgãos que precisam estar à frente desse projeto e levar para o Congresso informações para que eles possam ter elementos para tomar uma decisão que a gente acredita que seja a de apoiar o projeto. Quando eles puderem ter essas informações que vão mostrar a importância desse projeto para a sustentabilidade no longo prazo da empresa, a gente acredita, sim, que o projeto vai ser aprovado. É só uma questão de tempo, de o Congresso se reorganizar para o início desse ano legislativo. E estamos trabalhando para fazer isso. O ministro Bento *[Albuquerque]*, inclusive, está à frente desse planejamento para levar os esclarecimentos, de modo que o Congresso possa decidir com base em informações reais.

Agência CanalEnergia: O prazo é curto.

Marisete Pereira: Eu costumo dizer que quando a gente idealiza uma política pública, você não pode trabalhar só com prazo. Você, obviamente, tem que fazer um esforço para cumprimento do prazo, mas o mais importante é que tenhamos um encaminhamento daquela política. Sabemos que o prazo é bastante desafiador, mas acreditamos que consiga ainda em 2020.

Pelo que eu tenho ouvido, o Congresso está elegendo prioridades, e se essas prioridades de fato se alinharem com os interesses do governo, e eu acredito que o Congresso faça isso, até porque há um interesse que o país melhore suas condições de emprego, renda, e a economia volte a crescer, então a gente trabalha para que esses nossos projetos prioritários tenham o resultado que se espera em 2020.

Agência CanalEnergia: 2020 seria não apenas aprovar, mas implementar as ações? Por exemplo, a capitalização da Eletrobras?

Marisete Pereira: Veja, você tem etapas, porque estamos trabalhando em paralelo. A gente não está parado. Mesmo que não tenha esse movimento que nos dá a legitimidade legal para dar o encaminhamento à desestatização, o governo está trabalhando nas ações que ele pode *[para]* ir adiantando esse projeto.

Agência CanalEnergia: Isso em relação à Eletrobras ou em relação a tudo?

Marisete Pereira: Em relação a tudo. O ministro até usa uma expressão muito interessante: o Congresso tem a sua dinâmica. Mas não é porque o Congresso tem a sua dinâmica que o Executivo não dê continuidade àquilo que ele precisa fazer e àquilo que é sua obrigação e lhe cabe. E sempre trabalhar para conseguir aquele resultado. Então, naquilo que for possível estamos trabalhando no Executivo,

independentemente da pauta do Legislativo.

Óbvio que com a modernização do setor você depende de algumas alterações legais para que você implemente na sua plenitude. Mas não é por isso que a gente não esteja fazendo aqui o nosso trabalho de buscar caminhos que possam preparar o processo e implementar de forma bastante ágil. O Congresso tem a sua dinâmica, mas o ministério tem também a sua dinâmica e está trabalhando como se essas ações cheguem, não vou dizer, em prazos que seriam necessários para unir com o prazo do legislativo. Isso independe.

Agência CanalEnergia: E a questão do GSF? Semana passada vocês tiveram um debate sobre alternativas.

Marisete Pereira: Futuro, amiga. Futuro. O que o ministro tem dito, e isso é até importante? Existe um passado que precisa ser resolvido, ou pelo Judiciário ou pelo Legislativo. O que o governo gostaria, especialmente o [Ministério de] Minas e Energia? Que fosse resolvido pelo Legislativo. Até pelo estágio em que o processo se encontra, e pela harmonização que ele poderia trazer nos diferentes afetados por esse problema.

Mas, de novo, a gente não tem como influenciar. O que Ministério de Minas e Energia podia fazer, já fez. Já respondeu questionamentos a respeito da importância da solução, dos impactos. Então, agora, é uma decisão ou do Legislativo ou do Judiciário. Ele continua defendendo aquilo que eu te falei: na nossa avaliação, a melhor solução seria a do Legislativo. Mas a gente não tem como influenciar esses dois entes, o Judiciário e o Legislativo.

O que é a discussão que se fez? É a solução para o futuro. De modo que não tenhamos situação de GSF como essa vivenciada, o que originou esse PL que está em análise no Legislativo. Então, a discussão [da semana passada no MME] foi que se fez ajustes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), como vão se dar esses ajustes, o que a gente precisa fazer, em que tempo isso acontece. Isso está no bojo da própria modernização. E está dentro da agenda regulatória da própria Aneel.

Então, o que o ministro orientou? O que nós poderíamos fazer para o passado já fizemos. Agora vamos, sim, pensar no futuro. De modo que não tenhamos no futuro uma situação vivenciada com essa que está hoje aí com R\$ 8 bilhões de não liquidação no mercado de curto prazo.

Agência CanalEnergia: Então, a questão é: o ministério vai continuar atuando no Legislativo para tentar destravar esse processo?

Marisete Pereira: Veja, o ministro já fez. Agora é uma vontade do Legislativo. Nos já fizemos tudo. Tudo o que nos foi demandado, atendemos. E se o Legislativo perguntar ao ministério: é importante? É importante, pelas razões que eu acabei de falar para você. Na avaliação do ministério, entende-se que a solução do Legislativo ainda seria uma solução que harmonizaria melhor os diferentes atores envolvidos nesse processo. Agora, o Legislativo e o Judiciário estão tomando conta disso. Ou o Judiciário decide, ou o Legislativo decide.

Agência CanalEnergia: Vocês estão com um comitê de acompanhamento da implementação da modernização. O que já avançou em termos infralegais nesse assunto?

Marisete Pereira: Principalmente a definição do preço horário para despacho. Era uma medida que vinha se aguardando há mais de 20 anos. E ela já está sendo aplicada a partir de janeiro de 20, com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) utilizando para fins de despacho. E também a definição, para efeitos comerciais, do preço horário a partir de janeiro de 21. Isso é uma medida muito importante dentro dessa chamada modernização do setor.

Outra medida que era muito esperada pelo setor e a gente entendeu que era

possível, olhando os efeitos disso para o mercado como um todo, foi a questão da abertura da reserva de mercado para os consumidores livres.

Essa abertura desse conjunto de consumidores, que a gente dizia que desde a Lei 9074 tinha uma reserva de mercado, publicamos as portarias permitindo que a partir de janeiro de 2020, [consumidores com carga de] 2000 kW ou 2 MW, possam adquirir energia de qualquer fonte. Isso permite, e a gente acredita, que haja uma redução de preços. Por que? Você terá maior competição. Não terá só que comprar de fontes incentivadas. A gente acredita que esse aumento da competição possa trazer também uma redução de preços.

Então, a partir de 20, 2 MW ou 2000 kW; [a partir de] 21, 1500 kW; [a partir de] 22, 1000 kW e [a partir de] 23, os 500 kW. Aquilo que podia fazer sem necessidade de lei se buscou e se fez. Isso o mercado tem recebido muito bem, por sinal.

A aprovação pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) dos novos critérios de suprimento para fins de planejamento é outra medida muito importante para sinalização da expansão e para os requisitos do sistema.

Tem uma reunião do CNPE nos próximos 15 dias, e a gente vai sinalizar que outras medidas vai trabalhar. Que são, por exemplo, os ajustes no MRE, que estão dentro da agenda de curto e médio prazo. Medida de transição, na questão de contratar potência, mas ainda em discussão, não tem nada sólido. A sistemática dos leilões, que a gente vem discutindo com a Aneel a questão dessas soluções híbridas.

A questão do preço horário para despacho, do preço horário para comercial, da abertura do mercado até 500 [kW], os novos critérios de suprimento para o planejamento, tudo isso já foi aprovado. E tudo isso são medidas originadas do grupo de trabalho da modernização. A cada 90 dias, o grupo vai divulgar quais medidas foram implementadas e o que será implementado nos próximos 90 dias.

Agência CanalEnergia: Estava para sair um relatório desses. Ele vai ser apresentado na reunião do CNPE?

Marisete Pereira: Na reunião do CNPE, sim.

Agência Canal Energia: E a questão do gás? Também tem um comitê de acompanhamento da implementação e estava para sair um segundo relatório trimestral agora em janeiro.

Marisete Pereira: Como o Plano Decenal de Expansão já foi finalizado e tem que ser apresentado ao ministro, esse relatório tem que ser, e vai estar, alinhado com o PDE 2029. Então, ele deve ser divulgado, acredito, concomitante [com o PDE] ou no passo seguinte. Todas essas frentes de atuação estão andando.

Agência CanalEnergia: Quando deve ser divulgado o PDE?

Marisete Pereira: O PDE acredito que deva ser aprovado pelo ministro entre fevereiro e março. [É necessário] sair uma portaria divulgando o PDE, para que ele possa sair como um planejamento indicativo. Você tem um comitê que justamente está olhando a integração do setor elétrico com o gás. E como o PDE dá o norteador desse planejamento, esse relatório tem que ter um alinhamento com o que está no PDE.

Agência CanalEnergia: O PNE vai atrasar um pouquinho mais.

Marisete Pereira: É, mas ele está bem adiantado para abrir a consulta. O PNE ainda tem a fase da consulta pública.

Agência Canal Energia: E a questão da geração distribuída?

Marisete Pereira: A GD, o presidente Bolsonaro disse o seguinte: que quem fala de GD é o Palácio do Planalto e a questão está com o Legislativo. Acho que o Legislativo voltando, deve ter novidades.

Agência CanalEnergia: O ministério está cada vez mais apostando nesse projeto de lei, não é isso?

Marisete Pereira: O ministério vai contribuir dentro do melhor resultado da política pública desses projetos legislativos. Ele está disponível para os parlamentares, para contribuir no encaminhamento de uma solução, sob o ponto de vista que eu te falei: o melhor resultado da política pública que no cabe aqui zelar.

Agência CanalEnergia: É possível achar um meio termo entre o que o governo pensa, o que a Aneel e o que o mercado pensam?

Marisete Pereira: Acredito. Eu acho que teve um amadurecimento de todos os atores desse processo. Tanto da parte da fonte [*de geração fotovoltaica*], quanto de consumidores e até o próprio Legislativo. [*A discussão sobre a revisão das regras*] serviu para amadurecimento para a tomada de decisão aí na frente.

Agência CanalEnergia: Mas vai dar para aparar as arestas?

Marisete Pereira: Isso, minha amiga, só tendo bola de cristal. Bola de cristal ainda não tenho.

Marisete Pereira secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia